Os Trabalhadores Catarinenses e o Debate da Representação das Associações Profissionais nos Anos 1930

Eduardo Teixeira Coelho

RESUMO

COELHO, E. T. **Os trabalhadores catarinenses e o debate da representação das associações profissionais nos anos 1930.** Este artigo trata da participação dos trabalhadores catarinenses no debate e na instituição da representação de associações profissionais nos anos 1930 – um processo que demonstra que tal participação foi mais complexa do que se supõe e não se resumiu a tentativas de cooptação de suas instituições e greves. A sugestão de formação de órgãos legislativos – como foi denominada a representação das associações profissionais, por Agripino Nazareth, representante do Ministério do Trabalho –, e a possibilidade de instituição de uma representação dos trabalhadores no Conselho Consultivo do Estado, ainda em 1931, permitiram que os trabalhadores se aproximassem das discussões que ocorriam no Governo Provisório de Getúlio Vargas e o estabelecimento de uma representação classista.

Palavras-chave: movimento operário; representação das associações profissionais; organização sindical.

ABSTRACT

COELHO, E. T. **Workers from Santa Catarina and the debate on the representativeness of professional associations in the 1930s.** This paper explains the participation of workers from Santa Catarina in the debate and in the representation institution of professional associations in the 1930s. a process that demonstrates that such participation was more complex than assumed and not summarized the attempts to co-opt their institutions and strikes. The suggestion of legislative bodies formations, as was known the professional association representations by Agripino Nazareth, representative of the Ministry of Labour, and the possibility of establishing a workers' representation on the Advisory Board of the State, even in 1931, allowed workers to approach on the discussions taking place within the Provisional Government of Getúlio Vargas and the establishment of a class representation.

Key words: working class movement; representation of professional associations; union organization.

INTRODUÇÃO

A representação das associações profissionais foi estabelecida no Brasil em 1930, inserida nos debates sobre projetos de nação que ocorriam no Governo Provisório de Getúlio Vargas (ARAÚJO, 1998, p. 26). O modelo tinha a influência de ideias corporativistas, e a escolha de seus representantes estava calcada na organização sindical reconhecida pelo Ministério do Trabalho (BRASIL, 1932). Sua implantação foi definida no Código Eleitoral de 1932 e aplicada na Constituinte de 1933 – esta, formada também por representantes eleitos pelo voto proporcional (BRASIL, 1933).

O processo eleitoral dos representantes classistas ocorria inicialmente nos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Cada associação realizava uma Assembleia Extraordinária para eleger seus respectivos delegados-eleitores. Estes, por sua vez, reunidos no Rio de Janeiro, eram responsáveis por eleger os deputados classistas. Os delegados-eleitores dividiam-se em dois grupos: empregados e empregadores; cada um elegia 20 deputados.

Neste artigo, procuramos analisar a proposta de implantação da representação das associações profissionais na perspectiva dos trabalhadores. Para tanto, recuperamos depoimentos, entrevistas e notícias sobre manifestações e atividades relacionadas ao debate sobre a representação classista. Os relatos e informações provêm, substancialmente, de periódicos de Santa Catarina, o que impõe restrições, pois eram veículos ligados à elite, que funcionavam como porta-vozes de suas convicções ideológicas.

Em alguns momentos, as informações eram cautelosas ou mesmo críticas com relação ao movimento operário; contudo, em determinados momentos, estes periódicos deixavam vislumbrar manifestações de lideranças dos trabalhadores, que não correspondiam necessariamente à propalada “colaboração das classes”. Nesse sentido, procuramos perceber a concepção dos trabalhadores de Santa Catarina acerca da representação das associações classistas.

UMA CAUSA DOS TRABALHADORES

Quando a representação das associações profissionais passou a ser divulgada de forma mais concreta, pois estaria inserida no Código Eleitoral de 1932, bem como na Constituinte de 1933, passou a ter seu verdadeiro objetivo questionado. Para lideranças do movimento operário, se tratava de uma forma de escamotear uma maioria, com trabalhadores que servissem aos propósitos do Governo Provisório, como julgavam José Oiticica e Astrojildo Pereira (COELHO, 2010, p. 39). Para os representantes do patronato, além de servirem à manobra para a obtenção da maioria, o mecanismo feria os preceitos de uma democracia liberal e de representatividade proporcional, como apontou Paim Vieira (COELHO, 2010, p. 40).

Lideranças dos trabalhadores e dos empregadores apontavam a representação classista como o coroamento do projeto corporativista do Governo Provisório, que havia preparado uma estrutura sindical e de regulamentação trabalhista que deveria anteceder-lá. Mesmo décadas depois, esta era a mesma conclusão apontada pelos pesquisadores que abordaram a instituição da legislação trabalhista durante a Era Vargas (BARRETO, 2001, p. 8).

Porém, ao trazer o debate para a perspectiva dos trabalhadores, esta dicotomia ganha outras dimensões. Estes não eram meros espectadores do que ocorria nos anos 1930; tinham uma participação ativa, apropriando-se desses debates e ideias a partir de suas próprias experiências, revertendo a dinâmica original, moldando-a de acordo com os interesses da classe trabalhadora.

Ou seja, não se descarta a intencionalidade de garantir a maioria na Constituinte de 1933 através da representação das associações profissionais com um aparato sindical cooptado; por outro lado, também não está descartada a possibilidade que os trabalhadores encontraram de agregar a representação às suas instituições de classe, como uma forma de garantir maior participação, como parte do conjunto de suas causas, além da expectativa de participarem ativamente nas decisões governamentais. Fernando Teixeira (1999) destaca um processo semelhante nos anos 1950 e 60, na sua pesquisa sobre o porto de Santos, ao analisar a apropriação da legislação trabalhista

experimentada e definida pela perspectiva dos trabalhadores, bem como a noção de “patrimônio adquirido” com relação aos direitos, do qual não declinavam, contrariando até mesmo as lideranças, fossem elas comunistas ou trabalhistas.

Da mesma forma que a “colaboração de classes” foi interpretada como um chamado a reivindicar o cumprimento da legislação trabalhista contra aqueles que ainda se negavam a cumpri-la, a representação classista foi tomada como um direito que lhes fora garantido pelo Governo Provisório, o que não significava o fim de suas lutas em troca de uma vaga na Constituinte, pois mesmo a legislação que instituiu a jornada de trabalho e as férias teve de ser defendida pela luta dos trabalhadores, como apontam os vários movimentos de greve no período de 1932 a 1935 em Santa Catarina e em outros estados. (COELHO, 2010).

Um dos momentos nos quais podemos perceber esta movimentação pela defesa da representação classista ocorreu em 1935, durante a Constituinte Estadual em Santa Catarina, quando esteve em pauta o número de representantes que teriam assento na Assembleia Estadual.¹ A representação não estava descartada para a futura Assembleia Estadual, porém o número de representantes foi reduzido, o que foi encarado por algumas lideranças trabalhistas como forma de restringir a presença dos trabalhadores no parlamento. Dessa forma, as associações profissionais de Florianópolis se mobilizaram em defesa da representação das associações profissionais com um número de representantes que fosse adequado às suas aspirações.

Os jornais de Florianópolis destacavam o envolvimento de lideranças e associações: “Pode-se dizer que as associações de classe estão vigilantes e nota-se, mesmo, um interesse bem acentuado pelo assunto. Possivelmente, em época mais oportuna, terei o prazer de fazer exposição mais lata e mais concreta” (O ESTADO, 31/07/1935, p. 1).

Conforme publicado no jornal *O Estado*, o presidente da Associação dos Empregados no Comércio (ASSEMÉRPIO), Emygídio Cardoso, deixou claro que os trabalhadores e as associações de Florianópolis não só estavam bem informados sobre a institucionalização da representação classista na Assembleia, como pretendiam reforçar esta posição diante dos deputados constituintes.

Em outro momento, lideranças sindicais e trabalhadores se reuniram para unificar a defesa da representação das associações profissionais com um número de vagas que fosse condizente com suas expectativas – que, naquele momento era definido pela emenda 86, a qual determinava seis representantes (dois para a indústria, dois para o comércio e transporte, um para a lavoura e pecuária, e um para os funcionários públicos e profissionais liberais). De acordo com o pronunciamento de Cardoso, que assumiu a presidência da reunião:

o motivo da reunião era exclusivamente tratar da representação classista na Assembleia Estadual. S.s. abordou comentários em torno do assunto e concitou os trabalhadores presentes e, unidos, trabalharem para a representação classista em nossa Assembleia fosse de fato a expressão do pensamento da classe e não o resultado de conchavos políticos. [...] Sobre a emenda número 86 apresentada a Assembleia Constituinte pela bancada da minoria² e disse que ela vinha satisfazer em parte os interesses dos trabalhadores (O ESTADO, 08/08/1935, p. 1).

Um dos resultados dessa assembleia foi a produção de um manifesto dirigido às demais associações profissionais do estado e aos deputados constituintes:

Aos trabalhadores organizados de S. Catarina
Neste momento em que se cogita de fixar o número de representantes de classe em número que não atende a necessidade de uma representação justa, vimos nós, representantes dos trabalhadores de Florianópolis, pedir o apoio das organizações do Estado, a fim de que seja considerada e aprovada pela Assembleia Constituinte a emenda no. 86, ao invés do que estabelece o parágrafo 2º. do Art. 5º. do Projeto da Constituição (O ESTADO, 10/08/1935, p. 3).

Presente nesta reunião, Álvaro Soares Ventura, presidente do sindicato dos estivadores e ex-deputado classista na Câmara Federal, recomendou que se publicasse o manifesto. Ventura foi um dos operários ouvidos pelo jornal *Diário da Tarde*, ainda em agosto de 1935, quando foram apresentadas as emendas sobre a representação das associações profissionais. Em seu depoimento, entendia a representação como uma “fórmula fascista”, mas que “essas medidas tapeativas mais coragem dão a nós, trabalhadores, de prosseguir na luta por Pão, Terra e Liberdade” (DIÁRIO DA TARDE, 05/08/1935, p. 1).

Apesar de reconhecer o caráter “fascista” da representação, com o intuito de “tapear” os trabalhadores, no mesmo período, Álvaro Ventura congratulou a iniciativa da ASSEMÉRCIO ao defender uma representação condigna na Assembleia, durante a reunião conjunta dos sindicatos de Florianópolis. Ou seja, ele reconhecia as limitações e a intencionalidade governamental de controlar as associações profissionais ;por outro lado, também percebia o potencial que havia na participação de um grupo de trabalhadores em decisões no parlamento. Manifestou-se em nome do Partido Comunista do Brasil e denunciou as perseguições contra movimentos de greve e sindicatos (COELHO, 2010, p. 126).

Logo após a maioria da constituinte ter reduzido o número de representantes de cinco para três deputados classistas na Assembleia Estadual, em 19 de agosto de 1935, as associações e os trabalhadores protestaram – não só haviam reduzido o número de deputados, como também perceberam na redução uma afronta às suas organizações e seus direitos. O presidente do Sindicato dos Operários da Construção Civil, José Rodrigues Fonseca, além de criticar o ato e os defensores da emenda, sustentou a representação classista como um direito conquistado:

Nada de mais injusto, irritante e inconfessável que esse gesto da chamada maioria da nossa Constituinte. Visível manejo político com o fim único e exclusivo de impedir ao operariado de cooperar, com patriotismo e dignidade, com o Governo, tal qual estatue a nossa Carta Constitucional.

Tudo fizeram, os da já chamada maioria, para coarctar o nosso operariado na sua manifestação livre, desinteressada e, sobretudo ordeira, com a qual visam unicamente o progresso moral e intelectual da classe proletária, que dest’arte, isto é, com uma verdadeira compreensão dos seus direitos e deveres, viu os politíqueiros descerem ao recurso mais inconfessável para tirar-lhe um direito que, não sendo “uma hipótese ilíquida”, está taxativamente na Lei Magna.

Não contentes, os maioristas fizeram afirmações levianas que ferem, de frente, uma classe que sempre demonstrou pelo seu espírito e conduta, o maior interesse em elevar bem alto o nome do Brasil e de St^a. Catarina.

Afirmações dessa ordem deviam escaldar os lábios de quantos a proferiram.

Qualquer que fosse o numero de operários, na Câmara Estadual, certamente eles lá estariam para uma obra de real interesse coletivo, e nunca teriam atitudes personalistas, demolidoras e demagógicas.

A opinião do jovem líder dos maioristas, para conseguir o estúpido esbulho do operariado, é infelicíssima, pois, e merece o repúdio de todo e qualquer trabalhador consciente (DIÁRIO DA TARDE, 19/08/1935, p. 1).

O papel moral e intelectual da classe trabalhadora era um argumento recorrente no discurso dos trabalhadores que defendiam a representação das associações profissionais, bem como o papel patriótico dos trabalhadores como deputados classistas. Outro ponto de destaque nas palavras de Fonseca foi a possibilidade de os deputados exercerem suas funções de forma “livre, desinteressada e, sobretudo ordeira”, que por sua vez foi impedida pelos constituintes governistas através da emenda que reduziu o número de representantes. Esta imagem do trabalhador livre, sem vínculos pessoais e respeito às suas atribuições contrastava com a do político de “atitudes personalistas, demolidoras e demagógicas”, atribuídas a Aderbal Ramos da Silva, autor da emenda que reduziu a proporção de deputados classistas na Assembleia Estadual (COELHO, 2010, p. 188).

Apesar da unidade entre as associações profissionais no movimento em defesa da representação classista, seus líderes não seguiam uma orientação única. Pelo contrário, havia momentos de contradição, como o que ocorreu durante a criação de uma união de sindicatos de Florianópolis, em junho de 1935 – a Coligação dos Sindicatos. Cinco dias após a criação da organização intersindical, Emygidio Cardoso, que era também presidente da Coligação e da associação profissional que representava, a ASSEMÉRCIO, foi obrigado a se retirar, já que a Assembleia Geral do sindicato o desautorizou a participar das reuniões em nome da associação. Na ocasião, Álvaro Ventura criticou a atitude da ASSEMÉRCIO e classificou-a como deserção (COELHO, 2010, p. 169).

A motivação dos associados da ASSEMÉRCIO relacionava-se à ligação que as principais lideranças da organização mantinham com a Aliança Nacional Libertadora, com o próprio Álvaro Ventura, José Rodrigues da Fonseca, além do discurso proferido por Hipólito Pereira, também membro da ASSEMÉRCIO, em homenagem a Luis Carlos Prestes. Assim, as ligações políticas e ideológicas ficavam evidentes. Característico das associações profissionais era o discurso desaprovador de qualquer vínculo político ou partidário, para que não causasse “desinteligência” no meio operário, bem como a restrição imposta pela legislação sindical. Porém, as relações amistosas sempre estiveram presentes. Naquele momento, o peso ideológico e o momento de confrontação, sobretudo com integralistas, provocaram a decisão da associação (COELHO, 2010, p. 169).

Mas, como exposto anteriormente, a própria ASSEMÉRCIO, que se retirou da Coligação, promoveu a reunião em defesa da representação das associações profissionais, com os mesmos participantes. Portanto, apesar das tendências ideológicas que pudessem existir entre os trabalhadores, a representação classista tinha a capacidade de agregar as associações e seus membros em sua defesa. Contudo, havia vozes dissonantes que enxergavam a representação classista como um “apêndice da representação política”, como Hermes Büchele, presidente do sindicato dos bancários: “a pressão da

política sobre a representação profissional faz-se sentir, muitas vezes, já nas eleições classistas. É pelo menos, a impressão que nos deixou o relato feito por diversos delegados-eleitores, que concorreram ao pleito de janeiro” (O ESTADO, 2/08/1935, p. 1).

A perspectiva desse sindicalista deixa transparecer a possibilidade que os trabalhadores encontraram de participar do debate que ocorria dentro e fora do Governo Provisório.

REPRESENTAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS EM DEBATE

Da mesma forma que o processo de sindicalização – que passou por um momento de discussões e acordos entre os trabalhadores –, a representação das associações profissionais também foi peça de intenso debate.

A instituição da representação das associações profissionais não respeitou um processo linear; quando foi mencionada no Código Eleitoral de 1932, seguiu os debates que se realizavam dentro do Governo Provisório pelos grupos distintos que o compunham. Portanto, não possuía um modelo definido de antemão, mas seguiu as necessidades do governo naquele momento. Como destaca Álvaro A. de Borba Barreto em sua tese (2001, p. 14), a representação das associações profissionais possui uma historicidade própria, elaborada e reelaborada ao longo do Governo Provisório. O debate estabelecido pelos trabalhadores em Santa Catarina se enquadra nesse contexto, no qual os trabalhadores faziam parte das discussões enquanto a representação era moldada e definida.

Em março de 1933, o líder operário José Rodrigues Fonseca participou das discussões sobre a organização do programa do Partido Social Evolucionista (PSE). Sua presença estava relacionada à inserção da representação das associações profissionais como uma das teses a serem defendidas pelo partido. Fonseca representava a Federação Regional dos Sindicatos de Florianópolis, não se tratava da atitude individual de um trabalhador com interesses partidários. Na continuidade do congresso, quando a representação classista era debatida, uma emenda foi apresentada por Arnaldo Santiago e Ernesto Lacombe, a qual retirava a representação da pauta de discussão e do próprio programa partidário. Diante disso, Fonseca retirou-se das discussões em protesto contra a decisão, conforme noticiou *O Estado*:

Durante a sessão da tarde, o representante da Federação dos Sindicatos locais, sr. José Rodrigues Fonseca, protestando contra uma sugestão do sr. Arnaldo Santiago, secundada pelo sr. Ernesto Lacombe, contrária à representação de classes, pediu licença para abandonar os trabalhos do Congresso, uma vez que nada mais lhe era dado fazer ali. De resto, a sugestão que contrariou o ponto de vista do representante da Federação dos Sindicatos foi aceita quase que unanimemente (O ESTADO, 04/03/1933, p. 1).

A participação de um representante da Federação de Sindicatos indica a intenção dos trabalhadores de manter proximidade com as organizações partidárias e, assim, ampliar as estratégias na defesa da representação das associações profissionais, sobretudo em se tratando do Partido Social Evolucionista, criado com o apoio do interventor do estado Ruy Zobarán. A estratégia não diferia das que se repetiram em décadas anteriores, quando as associações buscavam algumas “vantagens” na conexão com políticos locais, como o apoio a algumas causas, verbas e doações (LEUCHTENBERGER, 2004, p. 52).

Esse episódio é relevante para demonstrar como os trabalhadores estavam envolvidos no debate sobre a representação das associações profissionais e recorriam a outras esferas de decisão. A participação ativa dos trabalhadores no debate antecede a inclusão e publicidade do texto do Código Eleitoral de 1932, que instituiu a representação classista para a Constituinte.

Em novembro de 1931, chegou a Santa Catarina o representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Agripino Nazaré, com o objetivo de organizar as classes no estado através de associações sindicais reconhecidas pelo ministério e de acordo com o Decreto 19.770/1931. Os trabalhadores tiveram então o contato inicial com a ideia da representação classista, expondo um debate que ocorria dentro do Governo Provisório, mas sem qualquer definição de como seria aplicada. Afirmava que os sindicatos seriam “órgãos legislativos”, responsáveis pelo envio de anteprojeto e pela colaboração com o governo (COELHO, 2010, p. 78). Mas foi na organização do Conselho Consultivo do Estado que a representação classista ficou mais próxima de se concretizar. Também em novembro de 1931, enquanto Agripino Nazaré expunha as possibilidades que teriam os trabalhadores ao se arremeterem em suas associações de classe, o interventor Ptolomeu de Assis Brasil solicitou à Liga Operária e Beneficente de Florianópolis – uma associação de auxílio mútuo –, que indicasse dois representantes do operariado para integrar o Conselho. A Liga recorreu a outra associação de auxílio mútuo da cidade, a UBRO (União Beneficente e Recreativa Operária), para que, em conjunto, indicassem o segundo nome.

A Liga Operária indicou o juiz de direito e desembargador do estado, José Boiteux; por sua vez, a UBRO sugeriu uma consulta pública ampla aos trabalhadores, não só aos que integravam as associações, mas a todos os operários da capital. Essas associações se dispuseram a participar, assim como estabeleceram regras para a escolha dos representantes.

Porém, apesar da possibilidade que se colocara, havia ainda questões técnicas e das próprias associações, que criaram impasses e, por fim, inviabilizaram a indicação de dois representantes – Boiteux era funcionário do estado, o que impedia que assumisse a representação. Em seguida, vinha o envolvimento das associações com poderes governamentais e políticos. Essa questão sempre provocou questionamentos entre os associados e, neste caso, a diretoria da UBRO foi advertida sobre o cumprimento do estatuto que impedia a ligação política, levando ao afastamento da proposta (COELHO, 2010, p. 81-2).

Em 1933, os trabalhadores passariam por mais uma rodada de debates. Foi durante o processo de escolha dos delegados-eleitores, os quais participavam, no Distrito Federal, das eleições para a escolha dos representantes das associações profissionais.

Apesar de as regras mínimas terem sido estabelecidas entre abril e julho de 1933, assim como o número de representantes classistas na Constituinte de 1933, cada sindicato promoveu reuniões para definir se estariam representados ou não nas eleições classistas. Ou seja, o debate não estava encerrado para os trabalhadores, como podemos notar na reunião da ASSEMÉRCIO:

Após prolongados debates num ambiente de pura cordialidade, ficou deliberado, por absoluta maioria de votos, que a “Assemércio” se faria representar à Convenção dos Representantes Profissionais por um de seus sócios, cuja eleição realizar-se-á dentro em breve dias (O ESTADO, 31/05/1933, p. 1).

Em um segundo momento, poderiam ser realizadas campanhas dentro dos sindicatos para a escolha do delegado-eleitor entre as lideranças. Segundo Manoel Alves Ribeiro, líder operário do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil neste período, houve uma campanha em prol de Álvaro Soares Ventura nas portas das fábricas, para elegê-lo como representante classista (RIBEIRO, s/d). O período em que os trabalhadores e as associações estiveram mais envolvidos no debate sobre a representação classista foi entre maio e agosto de 1935, quando se iniciaram os trabalhos da Constituinte Estadual – que, diferentemente da Constituinte Nacional, não contava com representantes classistas.

Como se vê, a participação e a mobilização para o debate constitucional e de regulamentação da representação na Assembleia Estadual ocorreu fora do parlamento estadual. Além da atividade na capital, as associações procuraram apoio em outras regiões do estado (COELHO, 2010, p. 190). Entre 1931 e 1935, os trabalhadores de Santa Catarina participaram ativamente do debate sobre a representação das associações profissionais, que foi apropriada como parte das instituições da classe trabalhadora; tornou-se, a partir da Constituinte de 1933, um campo de defesa de interesses e reivindicações dentro do parlamento, afastando a conotação de colaboração ou de harmonia de classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação dos trabalhadores catarinenses no debate sobre a representação das associações profissionais aponta a possibilidade de uma abordagem a partir de baixo, reconhecendo nos trabalhadores suas expectativas e diferenças com relação à representação classista. Permite que possamos analisar o comportamento e as atividades da classe trabalhadora com relação a legislação e instituições corporativistas criadas pelo Governo Provisório para estabelecer a “harmonia entre as classes”.

Esta experiência dos trabalhadores em Santa Catarina não reflete apenas uma transformação no processo político e representativo, ela expõe também as escolhas do movimento operário quanto à organização de suas associações, seus interesses e suas perspectivas políticas e de organização do Estado brasileiro.

NOTAS

¹ Conforme foi definido pelos Atos Transitórios da Constituição de 1934, caberia aos constituintes estaduais a definição do número de representantes das associações profissionais de empregados e empregadores que integrariam a Assembleia Estadual. As constituintes estaduais não contavam com a presença de representantes classistas como ocorreu na nacional; eles eram eleitos após a finalização dos trabalhos. Outra diferença em relação à Constituinte Nacional era o fato de os deputados eleitos para tanto permanecerem como deputados estaduais, sem a necessidade de novas eleições.

² Como ficou denominado o grupo de deputados que faziam oposição ao Governador Nereu Ramos, formada por dissidentes do partido governista, Partido Liberal, e opositores nas eleições. A maioria foi também composta por deputados que, durante as eleições, eram oposicionistas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 1930**. São Paulo: Edições Sociais: 1998.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. **Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930**. Tese (Doutorado em História). PUC/RS, Porto Alegre, 2001.

BRASIL. **Decreto 21.076**, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em < <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33626&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acessado em 23/06/2012.

_____. **Decreto 22.653**, de 20 de abril de 1933. Disponível em < <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=27753&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acessado em 23/06/2012.

_____. **Decreto 22. 696**, de 11 de maio de 1933. Disponível em < <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=28684&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acessado em 23/06/2012.

COELHO, Eduardo Teixeira. **Os trabalhadores catarinenses e a experiência da representação das associações profissionais nos anos 1930**. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2010.

DIÁRIO DA TARDE. Florianópolis, n. 18, 19/08/1935. p. 1.

_____. Florianópolis, n. 6, 05/08/1935. p. 1.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. **Liga Operária Beneficente de Florianópolis e União Beneficente Recreativa Operária: uma história de mutualismo e resistência**. 2004. 130 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

O ESTADO. Florianópolis, n. 6537, 31/07/1935. p. 1.

_____. Florianópolis, n. 6539, 02/08/1935. p. 1.

_____. Florianópolis, n. 6544, 08/08/1935. p. 6.

_____. Florianópolis, n. 5830, 04/03/1933.

RIBEIRO, Manoel Alves (Mimeo). Entrevista. s/d. Entrevistador: Celso Martins. Florianópolis, s/d. Depoimento concedido a Celso Martins.

SILVA, Fernando Teixeira. Direitos, Política e Trabalho no Porto de Santos. In: FORTES, Alexandre. **Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho**. Campinas, SP: UNICAMP, 1999.